

EMPRESA &
COMUNIDADE
LUIZ CARLOS MEREGE



O crescimento da dívida social

Finalmente temos notícias sobre a dívida social. Os jornais publicaram um estudo recente da Fundação Getúlio Vargas que aponta para um assustador contingente de excluídos em nosso país. A pesquisa do professor Marcelo Neri indica que são cerca de 50 milhões os brasileiros que vivem em condições de pobreza. Esse número se constitui em quase 1/3 da população brasileira, mas chega a 46%, quase a metade, quando se considera a população com menos de 16 anos!

Os resultados da pesquisa não contradizem outra manchete social recente a respeito do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que indica uma melhora na classificação do Brasil no ranking da ONU. O índice evoluiu de 0,746 para 0,75 indicando um avanço, pois quanto mais se aproxima de 1, melhor a classificação em relação ao IDH. Este pequeno ganho na qualidade de vida foi acompanhado de uma queda no índice de pobreza que passou de 14,2% em 1998, para 12,9% em 1999. Entretanto, registrou-se um aumento da proporção de pobres em relação à população. Segundo a Folha (10/07/01), citando dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 5,1% da população vivia com até US\$ 1,00 por dia enquanto que 17,4% estava abaixo da linha da pobreza em 1998. Esses percentuais avançaram para 9% e 22%, respectivamente, em 1999, significando que 37 milhões de brasileiros eram pobres.

Embora existam diferenças metodológicas entre a pesquisa da FGV e a da ONU, não há dúvida de que o modelo brasileiro colaborou para o aumento da exclusão social. O exemplo brasileiro confirma as palavras recentes do economista norte-americano Jeffrey Sachs de que "a globalização ajuda parte dos países em desenvolvimento a crescer, mas deixa centenas de milhões, até mesmo bilhões, de pessoas para trás, incluindo muitos dos mais pobres cidadãos do mundo".

O modelo brasileiro tem privilegiado as metas puramente econômicas, colocando o controle inflacionário como prioridade número um das políticas públicas e mesmo da política econômica.

Colocar a política pública de ponta cabeça

Para se obter um reduzido índice de inflação, o governo vem se endividando a um ritmo alarmante. Basta dizer que a dívida pública já atinge cerca de 52% do PIB, percentual próximo daqueles dias em que vivíamos apavorados com a hiperinflação que antecipou o desastre do governo Collor. Uma dívida desta dimensão é uma verdadeira bola de neve que engole todo e qualquer recurso governamental, para satisfazer os pagamentos de juros e das amortizações. Nunca se pagou tanto imposto em nosso país como se paga atualmente, mas não vemos nenhum retorno em termos de melhoria dos serviços públicos e muito menos, como agora mostram as pesquisas, na diminuição da pobreza. O chamado serviço da dívida é voraz e gasta-se com os encargos financeiros mais do que se aplica em educação e saúde. Outra área econômica importante que apresenta nítidos sinais de deteriorização é o Balanço de Pagamentos. Os compromissos do país com a dívida externa, combinados com o fraco desempenho da balança comercial, tem tirado a tranquilidade os investidores que, ultimamente, não escondem seus temores expressos em uma verdadeira corrida ao dólar.

O povo brasileiro tem um grande poder de mobilização como demonstrou a campanha do Betinho e agora, com a belíssima demonstração de responsabilidade coletiva com relação a crise energética. Por outro lado, a sociedade civil organizada tem demonstrado que possui um enorme potencial para ser utilizado na resolução de problemas pontuais que dizem respeito a melhoria das condições de vida. Na área da saúde chamamos a atenção recentemente para a magnífica experiência das ongs-aids que, em aliança com o governo, colocaram o Brasil como referência internacional na prevenção à epidemia. A ong CAATINGA tem demonstrado que com poucos recursos, é possível resolver o problema da falta de água para as famílias do sertão nordestino, através da construção da milenar cisterna. Os programas de renda mínima e microcrédito vem sendo aplicados com sucesso, mas ainda de forma esparsa e errática. Essas e tantas outras iniciativas objetivando a melhoria da qualidade de vida devem ser transformadas em prioridades de política pública. A sociedade civil por si só jamais terá condições de resolver problemas sociais de tal magnitude.

Está na hora de colocar a política pública de ponta cabeça, isto é, priorizar o social através de uma estratégia que uma governo, empresas e o terceiro setor no compromisso de atingir metas sociais específicas que resultem na redução da pobreza. Com a proximidade das eleições presidenciais teremos uma rara oportunidade de exigir que os programas a serem propostos invertam a perversa lógica puramente econômica que prevaleceu nos últimos anos.

Luiz Carlos Meregé é professor titular, doutor pela Maxwell School of Citizenship and Public Affairs da Universidade de Syracuse, coordenador do curso de Administração para Organizações do Terceiro Setor e do Centro de Estudos do Terceiro Setor-CETS da FGV/EAESP.